

CADÊ



A ESTATUINTE ?

ONDE ESTÁ A ESTATUINTE DA UFRB?



No site da UFRB, a última notícia sobre a Estatuinte é de mais de um ano atrás, maio de 2015. À época, a instituição tornava pública a abertura das inscrições para a eleição de delegados voluntários para a constituição do Colégio Estatuinte. Em entrevista concedida à APUR no dia 14 de dezembro de 2015, a Presidente da Comissão Estatuinte, professora Rita Dias, informou que em alguns centros não houve candidatura de delegados.

De acordo ao cronograma de atividades, o Congresso Estatuinte deveria ter sido instalado em julho do ano passado (O cronograma pode ser acessado no seguinte endereço: <https://ufrb.edu.br/estatuinte/cronograma-de-atividades>), mas, possivelmente pelo impasse na questão dos delegados, um ano depois da previsão, essa etapa parece estar longe de ser alcançada. Atualmente, não há notícias sobre os rumos da Estatuinte da UFRB.

É importante cobrarmos respostas sobre essa questão, pois não podemos esquecer que o estatuto é fundamental para toda e qualquer instituição de ensino. São os estatutos e regimentos que regulamentam as regras e normas legais de uma universidade. Será por meio do Estatuto que conseguiremos discutir não apenas a estrutura jurídica do funcionamento da UFRB, mas também sua democratização.



ASSEMBLEIA NA UFRB DEBATE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS TURNOS CONTÍNUOS

ASCOM – ASSUFBA



A Assufba permanece firme na luta pela implantação dos Turnos Contínuos, reivindicação histórica da categoria, que agora dá um importante passo. Nesta terça-feira (19/07), técnico-administrativos da UFRB se reuniram, em assembleia, após audiência com a administração central, ocorrida no dia 12/07, para cobrar celeridade na avaliação do processo de implementação do atendimento ininterrupto do NUGAS (Núcleo de Atendimento ao Usuário) da COTEC (Coordenadoria de Tecnologia da Informação).

Os coordenadores da Assufba, Aida Maia e Elielson Aquino, lembraram aos trabalhadores o histórico de todo o processo. Na UFRB, desde 2006, o Sindicato encampa a luta, iniciada na UFBA há mais de 30 anos, com o irrestrito apoio da categoria nos momentos de mobilização. O lançamento da campanha da Universidade aconteceu no dia 26 de março de 2010, quando os trabalhadores compareceram em massa, no auditório do prédio central, vestindo camisas e erguendo faixas.

A Comissão de Implantação dos Turnos Contínuos na Universidade foi instituída através da Portaria 599 de 26 de outubro de 2012. Em dezembro do mesmo ano, foi entregue o relatório orientando a jornada de 30 horas.

De lá para cá, a Assufba e a categoria intensificaram os esforços. Inclusive, o assunto foi pauta das greves de 2007, 2011 e 2012. Já em 2014, foi o ponto único da paralisação

por tempo indeterminado.

No dia 30 de junho de 2014, durante a sessão extraordinária do Conselho Universitário, houve a aprovação, por unanimidade, da Resolução de Regulamentação do Processo de Implementação e Avaliação da Flexibilização para Ajuste de Turnos Contínuos da UFRB. Foram criadas a Resolução 001/2014, Resolução 002/2014 e Portaria 763/2014, que norteiam o processo de implantação.

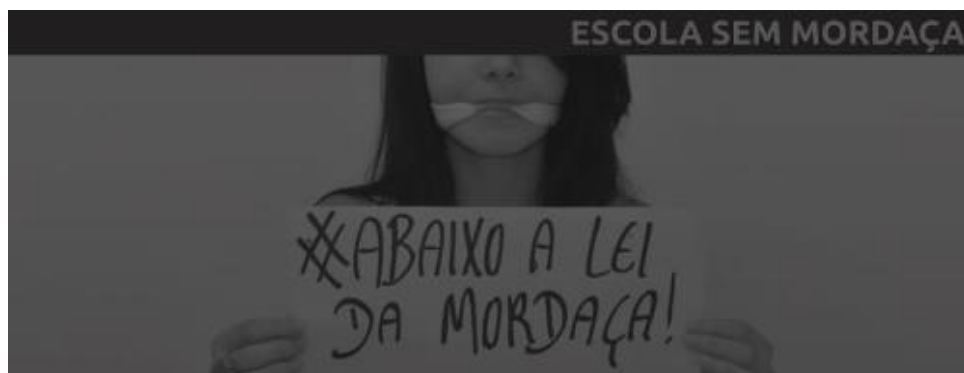
Os Turnos Contínuos prevêem a ampliação no horário de funcionamento dos setores de 8h para, no mínimo, 12h, favorecendo a comunidade acadêmica interna e externa, com o atendimento pleno das 7h às 22h ou 7h às 19h ininterruptas.

Grupo de Trabalho

A assembleia também encaminhou a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para discutir a carreira dos técnico-administrativos. Foi solicitada a inclusão do ponto na pauta “Nota Técnica 01/2016-PROGEP e o Desvio de Função na UFRB”. Os interessados em participar devem encaminhar o nome para o e-mail da Seção Local da Assufba na UFRB (secaoassufba@ufrb.edu.br). Também foram entregues fichas de filiação dos técnicos do CFP (Centro de Formação de Professores), ato que fortalece cada vez mais a atuação da ASSUFBA.

Disponível em: <http://www.assufba.org.br/novo/assembleia-na-ufrb-debate-o-processo-de-implantacao-dos-turnos-contínuos/>

ANDES-SN INTENSIFICA A LUTA CONTRA PROJETOS DO ESCOLA SEM PARTIDO



A diretoria do ANDES-SN, por meio da circular 210/2016 divulgada nesta quarta-feira (20), conclama todas as seções sindicais a intensificarem a luta contra os projetos de lei que têm por objetivo cercear a autonomia pedagógica, a liberdade de expressão e pensamento nas escolas brasileiras, que trazem como base o Programa Escola Sem Partido.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional, com esse propósito, o projeto de lei da Câmara 7180/2014, de autoria do deputado Izaci (PSDB/DF) - ao qual foram apensados os projetos de lei 867/15, o PL 7181/14, o PL 1859/15 e o PL 5487/16 -, e o projeto de lei do Senado 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES), que aguarda parecer na Comissão de Educação do Senado do relator, senador Cristovam Buarque. Além disso, estão na pauta da Câmara para votação o PL 1411/15 e o PL 4486/16, ambos relacionados ao tema.

Diante da ameaça posta, a diretoria do ANDES-SN indica a ampla divulgação dos materiais já produzidos pelo Sindicato Nacional acerca da temática, como matérias e materiais disponíveis no site, a Cartilha Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta, as artes e documentos da Frente Escola sem Mordança, e também da consulta virtual promovida pela página do Senado Federal sobre o PLS 193/2016.

“Sabemos que as enquetes, além de não serem confiáveis, não representam nosso método prioritário de trabalho. Mas, dada à conjuntura de intensificação dos ataques e da celeridade que esses projetos estão tramitando e a necessidade de ampliar nossa mobilização e o diálogo com a sociedade e os demais movimentos organizados,

avaliamos que este pode ser mais um instrumento na busca da unidade na luta”, explica Eblin Farage, presidente do ANDES-SN

Outra orientação é que as seções sindicais participem ativamente na construção de Frentes municipais e/ou estaduais sobre o tema, em articulação com as demais entidades e movimentos sociais. “A criação dessas frentes é fundamental para barrar as iniciativas



que já existem e tramitam nos municípios e estados relacionadas a esses projetos”, ressalta Eblin, lembrando que vários municípios estão votando seus planos diretores de educação.

“Precisamos ampliar o debate para cobrar dos legislativos e executivos federais, estaduais e municipais a rejeição de propostas que tenham por objetivo impor uma mordança aos professores e retirar da educação sua principal característica, qual seja a formação de indivíduos com pensamento crítico, capazes de questionar a realidade a que estão submetidos”, conclama a presidente do ANDES-SN.

Frente Escola Sem Mordança

Nesta terça-feira (19), aconteceu em Brasília (DF) a primeira reunião de trabalho da Frente Escola Sem Mordança, lançada no dia 13 de julho, no Rio de Janeiro. Dentre as propostas aprovadas por consenso estão a realização de diversas mobilizações durante o mês de agosto, tendo o dia 11 – Dia do Estudante – como Dia Nacional de Luta contra o Projeto Escola Sem partido; a produção de materiais didáticos para ampla divulgação; ações junto aos parlamentares no Congresso Nacional pela rejeição aos projetos em tramitação; ações jurídicas na defesa daqueles que já estão sendo perseguidos nas instituições de ensino; a construção da frente nos estados e municípios para o enfrentamento aos projetos de lei que tramitam nas câmaras legislativas e de vereadores, entre outras

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8259>

NOTÍCIA ANDES-SN

MEDIDA PROVISÓRIA RETIRA DIREITOS DE AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ



O governo federal interino publicou, no dia 7 de julho, a Medida Provisória 730/16, que dificulta o acesso aos direitos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. A MP 730, que está em análise no Congresso Nacional, prevê rever todos os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez que tenham sido concedidos há mais de dois anos. Também institui carência de 10 e 12 meses, respectivamente, para concessão dos benefícios.

O auxílio-doença, assim como outros benefícios sociais, já havia sido alterado recentemente através da MP 664, editada em 31 de dezembro de 2014, e convertida na Lei 13.135, em junho do ano passado. A medida transformada em lei integrava o pacote de ajuste fiscal, que estipulou novo cálculo para pagamento do benefício e ainda alterou as regras para acesso a pensão por morte ou invalidez.

João Negrão, 2º tesoureiro e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN, critica a MP por retirar direitos dos trabalhadores. “A MP coloca sob suspeita o trabalho do Instituto Nacional de

Seguridade Social (INSS), valendo-se da ideia de que há muitas fraudes para tentar, na verdade, retirar direitos historicamente conquistados. Ao mesmo tempo em que dificulta acesso aos benefícios, institui gratificações para os peritos de acordo com o número de perícias, e não especifica quais doenças seriam incapacitantes para o trabalho”, critica o docente.

A motivação do governo interino com a MP é “reduzir os custos” da Seguridade Social, seguindo o discurso falacioso do “déficit da Previdência”, que também motiva a Contrarreforma da Previdência. O gasto anual do governo com os benefícios por incapacidade é de R\$ 6,3 bilhões; já a despesa com auxílio-doença atingiu R\$ 23,2 bilhões em 2015. Para garantir a revisão, o texto cria um bônus salarial de R\$ 60 para peritos médicos do INSS por cada perícia a mais feita.

Carência

A proposta altera a Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91) para dificultar o acesso ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez e de salário-maternidade para o trabalhador que tenha deixado de ser segurado, em caso como o de demissão.

Dessa forma, quando voltar a ser filiado à Previdência, o trabalhador terá carência de 12 contribuições mensais para receber auxílio-doença e aposentadoria por invalidez e 10 contribuições no caso de 10 contribuições mensais. Atualmente, a lei não estabelece carência desses benefícios para quem volta a ser segurado.

João Negrão, diretor do ANDES-SN, critica a instituição de carência. “A carência é uma contradição com o caráter do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. Como um trabalhador vai esperar 12 meses para adoecer? Isso é um abuso”, denuncia o docente.

Tramitação

A MP 739/16 será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores. Depois, segue para votações nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8259>

CONTRA OS ATAQUES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, CATEGORIAS SE UNEM

Mobilização servirá para impulsionar a luta contra os ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora

Escrito por: André Accarini e Igor Carvalho

Reunidos na sede nacional da CUT, em São Paulo, na tarde desta quarta-feira (20), dirigentes sindicais de diversas categorias falaram sobre as pautas que unem a campanha salarial dos trabalhadores no segundo semestre de 2016.

O presidente da CNM, Paulo Cayres, lembrou que as articulações conjuntas entre trabalhadoras servirão, também, para a construção da greve-geral. “Os metalúrgicos da CUT estão seguindo a orientação da Central, que é ter todos os ramos unidos pela campanha salarial. Nessa linha, o último ato que fizemos foi um encontro com o ramo têxtil do Ceará, colocamos nossa pauta histórica, que é a redução da jornada sem redução de salário, contra a reforma da Previdência e denunciando o golpe. Os metalúrgicos estão em campanha pelo Brasil, levando os companheiros metalúrgicos para dialogar com outros setores”, afirmou o dirigente.

Alvo constante dos golpistas, a Saúde segue ameaçada de privatização. Recentemente, o ministro ilegítimo da Saúde, Ricardo Barros, sugeriu a criação de um plano de saúde popular, que gerou revolta na população. Célia Regina Costa, secretária-geral da CNTSS, afirma que o tema está sendo debatido nos encontros da categoria. “Eles querem destruir o que foi construído nos últimos 13 anos”, explicou a sindicalista, lembrando que os trabalhadores enfrentam dificuldades para negociar suas pautas na atual conjuntura política.

“Vários dos nossos sindicatos estão lutando pela manutenção e aumento do piso da categoria. Em São Paulo devemos retomar a nossa campanha salarial, assim como em outros estados, já que os governadores não atendem a pauta da reivindicação com a desculpa da crise”, encerrou.

O presidente do sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, adota o mesmo tom de preocupação com o cenário político do País. “Já fizemos três concentrações importantes com trabalhadores envolvidos na campanha salarial. Vamos continuar negociando porque a situação é complicada, por conta das ameaças de demissões nas fábricas. É momento dos sindicatos mobilizarem suas bases para mostrar o quão difícil é o quadro político no Brasil, que aponta para uma retirada de direitos da classe trabalhadora.”



Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários, saiu em defesa das estatais. “No último final de semana de Julho, temos a Conferência Nacional dos Bancários, com a participação dos delegados eleitos nas assembleias. Nesse encontro, vamos definir a pauta de reivindicações. A defesa das empresas públicas é uma bandeira dos bancários. No Brasil, os bancos públicos foram importantes para o desenvolvimento, para a ampliação do crédito, 61% do financiamento imobiliário passa na Caixa Econômica, o BNDS foi importante para o crescimento econômico, proporcionando geração de emprego e renda. Agora, o governo interino quer privatizar as empresas públicas.”

O coordenador nacional da FUP, José Maria Rangel, já vê a privatização batendo à porta da maior estatal do País, a Petrobras. Por isso, tem aproveitado as assembleias e encontros com outras categorias para dialogar sobre os riscos dos retrocessos que estão pautados na agenda política do País.

“Por onde estamos passando, afirmamos que a entrega do Pré-Sal faz parte do golpe. Depois, é importante ressaltar a união das categorias em torno da campanha salarial e isso é ótimo, pois é quando precisamos da unidade, justamente para enfrentar os ataques à soberania nacional. A CUT sai na frente quando dá visibilidade à reação da classe trabalhadora contra o governo golpista de Michel Temer”, afirmou o petroleiro.

Também preocupada com os ataques promovidos contra os direitos básicos da população, a secretária de Organização da CNTE, Marilda Araújo, lamentou o projeto “Escola sem Partido”. “Ele representa um atraso de dez mil anos, com uma mordalha na Educação. O professor se tornará um conteudista, sem relacionar com mais nada dentro de sua matéria. O professor não pode deixar de falar sobre os problemas sociais do País”, afirmou a dirigente, que pretende seguir discutindo a agenda proposta pela CUT com os trabalhadores de sua categoria. “Na segunda semana de agosto, todos os representantes da CNTE nos estados vão se reunir para determinar a campanha salarial do segundo semestre, mas a orientação é manter o que está sendo proposto pela Central.”

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/ataques-aos-direitos-dos-trabalhadores-une-categorias-4c7a/>

UMA NOVA ESQUERDA? QUE ESQUERDA?

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

A matéria intitulada “Uma nova esquerda é possível”, escrita por Luiz Sérgio Henriques (organizador do site Gramsci.org), publicada no prestigiado “Espaço Aberto” do Estadão no último dia 17 de julho, precisa ser lida com atenção, pois, além de apresentar as posições tradicionais da esquerda pequeno burguesa de negação do golpe de Estado no Brasil e defesa da operação Lava Jato, advoga as possibilidades de uma nova “esquerda” como subproduto do próprio golpe.

A noção de uma “nova esquerda”, ou de uma “outra esquerda possível” é reveladora das posições de setores apoiadores do golpe que procuram se passar como de “esquerda” para conseguir faturar com a crise política. Para um leitor mais impaciente, que não quer acompanhar as escaramuças eventuais de texto polêmico, em especial desse tipo, gostaria de apresentar antecipadamente a conclusão do artigo publicado no Estadão (apresentada graficamente em destaque), que justifica plenamente porque um jornal de direita abre um espaço prestigiado da sua concorrida edição dominical para que um tradutor de Gramsci possa defender que “Uma nova esquerda é possível”.

“Seja qual for o destino do PT e de seu máximo – e solitário – chefe, resta começar de novo”

Num sentido mais amplo, para além da polêmica com os argumentos apresentados no artigo analisado, a proposta da “nova esquerda” é uma operação da esquerda pequeno burguesa com um apoio da burguesia que tem como finalidade construir um verniz de esquerda para uma política de direita (apoiar o golpe, posições de liquidacionistas no terreno partidário, lutar supostamente contra a corrupção etc). Com essa farsa grotesca, estes seguimentos (desde os reformistas até os ultramegarevolucionários) visam herdar os espólios políticos e, sobretudo, os dividendos eleitorais do PT, e ocupar uma pequena cancha política nas instituições “democráticas” (parlamentos, governos, universidades, sindicatos etc) nas reconfigurações após golpe.

Os Filhotes do Juiz Moro: Lava Jato como elemento constituidor de uma “nova esquerda”

No artigo em questão, apresenta-se, sem constrangimento, um apoio explícito à “melhoria da qualidade da democracia” após as “ações originadas em Curitiba”. A tese apresentada é de que é possível construir uma nova “esquerda” a partir dos desdobramentos políticos da Lava Jato, em consequência do colapso do sistema partidário vigente.

A analogia histórica é evidentemente com a Itália e com a “operação mãos limpas” e seus impactos no sistema partidário italiano. Para justificar essa comparação o autor do artigo menciona inclusive que o “celebrado” artigo do juiz Sergio Moro sobre a operação mãos limpas, publicado ainda em 2004, “quando a percepção de haver algo podre no reino da Dinamarca ainda não havia sido imensamente ampliada com os fatos que levaram à Ação Penal 470 e às investigações atuais sobre a ocupação da Petrobrás e outras empresas públicas”.

O sentido geral das noções justificadoras de uma “nova esquerda possível” apresentadas pelo artigo de Luiz Sérgio Henriques é parte do esforço para construir um campo de uma “esquerda” que procura emergir da crise política, tendo como orientação fundamental apoiar-se nas campanhas da mídia golpista em defesa abstrata da “luta contra a corrupção”, ou seja, escamotear o verdadeiro significado da Lava Jato como justificadora do golpe.

Qual o significado da propalada crise da representação política?

O desenvolvimento da crise do regime político em escala internacional tem provocado um claro deslocamento do espectro político para uma polarização cada vez mais acentuada. O centro político representado pelo partidos tradicionais tem perdido cada vez mais posições, o que coloca em risco a tal “governabilidade”, com a acentuação da crise da “representação” dos sistemas partidários eleitorais.

O imperialismo diante da crise econômica internacional tem adotado como orientação fundamental de apoio a golpes e intervenções militares, que se expressa em sucessivos golpes em países periféricos, como no Egito, (no conturbado contexto de agressões e invasões imperialistas no Oriente Médio), Honduras e Paraguai (América Latina) e mesmo no coração da Europa, como na Ucrânia, com a atuação de agrupamentos nitidamente nazistas.

Nos países centrais ou classificados como de “democracia consolidada”, essa tendência à polarização política também tem acontecido de maneira aguçada. Sendo que a quebra do centro tradicional expressa o deslocamento da política burguesa para a direita através do crescimento eleitoral de partidos de direita, ou seja, a mesma tendência autoritária dos golpes e guerras, mas ainda expressa na linguagem escamoteada do jogo das instituições democráticas.

A crise do pacto de conciliação de classe e seus impactos na esquerda tradicional

Este fenômeno tem atingindo também a esquerda tradicional ou centro-esquerda, representada nos países centrais nos partidos socialdemocratas ou socialistas e em países como o Brasil no PT.

A crise dessa esquerda tradicional é subproduto da crise de conjunto do regime de dominação, que se apresenta institucionalmente e formalmente através das instituições democráticas, com eleições periódicas e parlamentos. Na verdade, essa centro esquerda ascendeu a posições importantes no jogo institucional democrático, na medida em que representava um componente de esquerda da própria política burguesa. No caso da esquerda europeia, como o Partido Trabalhista na Inglaterra ou Partido Socialista na França, é uma política não somente democrática mas, sobretudo, imperialista.

No Brasil, a chegada do PT ao executivo federal através da constituição da Frente Popular com a vitória de Lula e depois Dilma, sinaliza um marcador do ápice do pacto de conciliação de classe, que remota as características do período da transição política, expresso juridicamente na constituição de 1988, e nos governos da Nova República. A crise política que se manifesta no golpe político contra o governo Dilma nada mais é do que a evidência da inviabilidade da continuidade desse pacto que sustenta o regime político com as características semidemocráticas. O elemento central da crise política é o colapso do centro, e o deslocamento político das forças tradicionais burguesas para uma posição golpista e, como o artigo publicado no Estadão evidencia, um deslocamento para direita também da esquerda pequeno burguesa.

A busca de novas possibilidades da “esquerda alternativa” no novo pacto antidemocrático burguês

A esquerda pequeno burguesa, ela própria parte do pacto geral de representatividade e governabilidade do regime político burguês, não tem nenhuma análise da crise política e do sentido geral da quebra dos marcos democráticos do regime.

Mas como ninguém é totalmente imune à própria crise, a esquerda pequeno burguesa consegue farejar o colapso do pacto, e espera tirar dividendos da crise do PT e ocupar um espaço no espectro político com tendências à polarização.

Na visão do autor do artigo publicado pelo Estadão, a esquerda nova (não corrupta e sobretudo antipetista), teria que aproveitar as oportunidades abertas pela crise do sistema partidário para criar uma nova forma de encaixe dentro da nova ordem oriunda

da “renovação” saneadora da Operação Lava Jato. Novamente em comparação com os resultados da Operação Mãos Limpas na Itália, o autor lamenta a ausência de uma agremiação política reformista de esquerda no modelo do PCI.

Esse lamento tem razão de ser, uma vez que a esquerda pequeno burguesa brasileira é ainda mais débil do que foi o stalinismo reciclado na Itália para ser uma eixo aglutinador para a recomposição do sistema partidário e do próprio regime político.

Na verdade, o que sinaliza a “nova esquerda” é a busca alucinada por um lugar ao sol na nova ordem golpista, logicamente sem um partido de esquerda de massas como é o PT, imagina-se que as instituições democráticas precisarão de parlamentares de “esquerda” sem, necessariamente, com a “pauta histórica socialista”, mas, necessariamente, com as bravatas e as inovações da “esquerda possível”.

Essa “nova esquerda” apresenta estruturas partidárias apenas nominalmente, pois de fato são aglomerados e articulação de interesses, como a Rede ou a Raiz, que têm como principal exemplo paradigmático o PSOL (um condomínio de agrupamentos da esquerda pequeno burguesa em forma de legenda eleitoral).

Não poderia deixar de assinalar uma apreciação política relevante sobre os resultados efetivos da operação Mãos Limpas na Itália, que, diga-se de passagem, tanto o autor do artigo omite de maneira proposital, como o Juiz Sergio Moro no seu “celebrado” artigo e todos os defensores de esquerda do Lava Jato assim também o fazem. A Operação Mãos Limpas na Itália não garantiu nem aumentou minimamente as características democráticas das instituições políticas da Itália. Aconteceu exatamente o inverso, ou seja, o resultado foi o aumento do autoritarismo e das tendências profascistas depois da Operação Mãos Limpas, uma evidência foram os governos Berlusconi e o crescimento do extremismo de direita, como a Liga Norte.

O artigo salienta somente os erros do PT, creditando a crise das instituições quase que exclusivamente à “desastrosa política do PT”, que não tem uma visão correta da “complexidade” do país. Na verdade, o fracasso das instituições burguesas, em especial do parlamento e do poder legislativo, é apresentado não como fruto da política burguesa, mas da maneira como o PT lidou com os parlamentares, tratando o congresso como “uma assembleia de picaretas”. Essa é a tese bem estilo moral da “nova esquerda”, que não identifica a crise como um produto da luta de classes, mas como “erros” do PT, como se o problema da crise política é que o PT teria que ter sido “ético” e não fazer o “jogo sujo da política”.

A PROGRAMAÇÃO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE JÁ ESTÁ DISPONÍVEL



Na cidade de Cachoeira, o mês de agosto é marcado pela Festa de Nossa Senhora da Boa Morte. E a programação deste ano já foi divulgada. Os festejos começam no dia 6 de agosto, às 10 horas, com a Esmola Geral, momento em que as irmãs da Boa Morte saem vestidas de crioulas da sede da irmandade para pedir esmola pelas ruas da cidade.

No dia 13, às 18 horas, ocorrerá a saída do corpo de Nossa Senhora da Boa Morte da capela de Nossa Senhora D'Ajuda em procissão pelas principais ruas de Cachoeira. Às 19 horas haverá uma missa pelas almas das irmãs falecidas, e às 21 horas a Ceia Branca na sede da irmandade.

No dia seguinte, 14 de agosto, às 19 horas, ocorrerá a missa de corpo presente de Nossa Senhora. A procissão do enterro de Nossa Senhora da Boa Morte pelas principais ruas da cidade será às 21 horas. O dia 15 será cheio de atividades. Às 6 horas terá a alvorada com fogos de artifícios; missa solene de assunção de Nossa Senhora às 10 horas; procissão festiva em homenagem à Nossa Senhora da Glória às 11 horas. As atividades continuam com valsa e samba de roda no Largo D'Ajuda às 12 horas; às



13 horas terá o almoço das irmãs, convidados e pessoas da comunidade na sede da irmandade. O dia fechará com samba de roda no Largo D'Ajuda às 16 horas.

No dia 16 de agosto será servido o tradicional cozido, seguido de samba de roda, às 18 horas. A festividade encerrará no dia 17, às 18 horas, com caruru e samba de roda.

A Festa de Nossa Senhora da Boa Morte é mais que uma festa, é também um grito de independência. Irmandade da Boa Morte é uma confraria católica de mulheres negras e mestiças que descendem e representam a ancestralidade dos povos africanos escravizados, e libertos graças aos esforços de mulheres negras guerreiras; pois muitas cartas de alforrias foram compradas pelas irmãs da Boa Morte.

Além desse trabalho de libertar escravos, as mulheres da irmandade buscaram e buscam a liberdade de expressão religiosa, direito ao culto e direito de ter uma religião. Sem dúvida alguma, as mulheres da Boa Morte são parte fundamental da história de Cachoeira.

EU SOU APUR

e você?

EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR?
SÓ SE FOR COM QUALIDADE

Democrático, construindo a pauta docente com a categoria

Atuante, exigindo respostas para os problemas que assolam a universidade

Multicampi, ouvindo e representando os docentes na unidade

Participativo nas discussões e lutas da categoria no cenário nacional

Combativo, lutando pelos direitos e interesses da categoria docente

Inserção nas lutas do cenário nacional

CONVÊNIOS


Sesc

LIVRARIAS E CURSOS

A&R

ALINO & ROBERTO
E ADVOGADOS

 www.apur.org.br

 Tel. (75) 3621.4473

Filie-se ao seu sindicato!



APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO